

BOLÍVIA: AS RAZÕES DA CRISE DE UM PAÍS PARTIDO AO MEIO

BOLIVIA: THE REASONS OF THE CRISIS OF A BROKEN UP COUNTRY

Ricardo Luigi
PPGEO-UERJ

Resumo

A proposta do presente trabalho é fornecer subsídios para uma melhor compreensão da gênese dos conflitos intrarregionais na Bolívia, envolvendo o leste boliviano e o altiplano. Os departamentos das terras baixas do oriente desenvolveram uma economia e uma espécie de cultura diferente do que se vive no altiplano. Essa diferenciação consubstancia-se nas diferentes práticas espaciais. Dessa forma, lugar e região, como conceitos homólogos para a Geografia Crítica, emergem como pontos fulcrais da discussão. A Bolívia, vista por muitos (e de forma preconceituosa) como um *continuum*, abriga uma diversidade enorme sob os mais distintos aspectos: culturais, sociais, políticos, e, principalmente, para o caso desse trabalho, regionais e econômicos. O desenvolvimento regional geograficamente desigual, que põe em lados opostos o departamento de Santa Cruz e o resto do país, é a expressão histórico-espacial maior dessas diferenças. Pretende-se, neste trabalho, jogar luzes por sobre esse fenômeno, à luz da geografia regional e das teorias do desenvolvimento desigual.

Palavras-Chave: Bolívia; Departamento de Santa Cruz; Desenvolvimento Desigual; Geografia Regional; Lugar.

Abstract

The proposal of this present work is to supply to subsidies one better understanding of genesis of the intraregional conflicts in Bolivia, involving the bolivian east and the high plateau. The departments of low lands of the east had developed a economy and a species of different culture of what it is lived in the high plateau. This differentiation seems in different practical the space ones. Of this form, place and region, as homologous concepts for Critical Geography, rising as center points of the quarrel. Bolivia, seen for many (and of prejudiced form) as one continuum, shelters an enormous diversity under the most distinct aspects: cultural, social, politicians, and, mainly, for the case of this work, regional and economic. The uneven development, that puts in opposing sides the department of Santa Cruz and the remaining portion of this country, is the most expressive special and historical expression of these differences. It is intended, in this work, to play light for on this phenomenon.

Keywords: Bolivia; Santa Cruz State; Uneven Development; Regional Geography; Place.

Introdução

Muitas vezes, quando o noticiário aborda uma crise internacional, esta já nos chega deflagrada, e falta saber os elementos que levaram a essa tensão. No caso dos problemas que ocorrem na Bolívia, que tantos problemas geram ao Brasil no âmbito da ameaça ao nosso abastecimento de gás natural, é preciso recorrer à história para o perfeito entendimento da problemática.

O ano de 1952 é emblemático para as nossas pretensões de entendimento. Houve uma revolução de esquerda que tomou o poder, nacionalizou as minas de estanho (já depauperadas) e, no ano seguinte, realizou a reforma agrária. Apenas

um departamento (o equivalente ao nosso estado) não teve suas terras reformadas: o departamento de Santa Cruz.

Valendo-se de seu isolamento geográfico, Santa Cruz, liderado pelas elites agrárias, conseguiu impedir a foga que se repartissem as terras naquela parada. Isto possibilitou que se perpetuasse uma liderança latifundiária na região, dominante e capitalizada.

A partir dos anos de 1980, o estado boliviano engendrou uma série de medidas para integrar as terras baixas do leste do país ao altiplano. O projeto de “Marcha ao Oriente”, equivalente à ocupação do Centro-Oeste brasileiro, e o desenvolvimento da vocação exportadora da região, fizeram com que Santa Cruz se desenvolvesse a ponto de se constituir no pólo econômico do país.

A instituição de uma moderna classe média em Santa Cruz, financiada principalmente pelo aporte de recursos advindos da agricultura de soja e da extração de petróleo e gás natural, altera o norte econômico do país e faz com que haja um aumento da mobilidade populacional interna em direção ao leste. Entretanto, o poder político continua nas mãos dos “ocidentais” do altiplano.

De acordo com o cientista político Luiz Navarro de Britto em sua obra Política e espaço regional (São Paulo: Nobel, 1986), “as regiões mais ricas julgam-se exploradas pelas zonas menos favorecidas e aspiram, seja a se tornarem independentes para se aproveitarem sozinhas de sua situação, seja a dominar o conjunto do país em razão de sua forte participação na produção comum” (BRITTO, 1986, p. 68).

Exatamente isso ocorre na Bolívia. Especialmente nos departamentos bolivianos de Santa Cruz, Beni, Pando (região da planície) e no departamento de Tarija (região subandina) que juntos compõe a chamada meia-lua (medialuna) boliviana, no sentido de serem os departamentos autonomistas.

O departamento de Santa Cruz não quer ter que dividir suas riquezas com o resto do país. Até porque se sente historicamente prejudicado, quando era a região mais pobre da nação. Os movimentos autonômicos vão traduzir a aspiração

por parte dos cruzenhos em não dividir a sua fatia do bolo. A *medialuna* é a tradução espacial de um país em crise, partido ao meio.

Caracterização geográfica - a importância do lugar e do contexto histórico

A Bolívia está estruturada política e administrativamente em 9 departamentos, 112 províncias e 327 seções de província (municípios). O departamento de Santa Cruz, objeto de estudo deste trabalho, está localizado na parte leste do território boliviano, uma porção comumente chamada de “medialuna” ou “llanos orientales” (ou terras baixas orientais). As outras regiões da Bolívia são a andina e a subandina – vide figura 1. Os llanos abarcam 59% da superfície do país, e recebe esse nome por ser uma extensão de terras baixas, de planícies, que vão do pé dos Andes ao Rio Paraguai.

Figura 1 – Departamentos Bolivianos - 2007



(Fonte: GUALLUP et al, 2007)

Santa Cruz (com sede em Santa Cruz de la Sierra) é o departamento boliviano mais extenso do país e também o mais oriental. Limita-se a leste com os estados brasileiros de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Ao sul com o Chaco paraguaio, ao sudoeste com o departamento boliviano de Chiquisaca, a oeste com o departamento boliviano de Cochabamba, e ao norte com o departamento do Beni. Como está situado numa grande planície abaixo da Cordilheira dos Andes, o território de Santa Cruz acaba funcionando como um “telhado de águas”, para usar um termo boliviano para a espécie de planície de inundação que são os as terras baixas do oriente, drenando água não apenas da cordilheira, mas ainda das redes hidrográficas Amazônica, que se localiza ao norte, e da bacia do Paraguai ao sul.

Apesar dos problemas que essas condições ambientais do território causam, haja vista as grandes inundações que têm arrasado estradas e deixado incomunicáveis as cidades do departamento nos últimos verões, sempre nos meses de janeiro e fevereiro, as condições climato-botânicas locais propiciam grandes incentivos ao desenvolvimento da agricultura e tornam esse departamento também muito apto para a pecuária extensiva de gado.

O clima de Santa Cruz é, em sua maior parte, semitropical. As temperaturas médias vão de 29 a 32 graus na primavera e no verão, com máximas acima de 40 graus, e mínimas abaixo de 20 graus no inverno.

A população da Bolívia encontra-se de maneira desproporcional na região andina, seguida pelas regiões subandina e de planície. Entretanto, Santa Cruz vem se notabilizando pelo crescimento populacional recorde, com migrações internas positivas na casa dos 20% na passagem da década de 80 para a década de 90 (GUALLUP, 2007).

Tabela 1 – Censo Populacional - 2001

CÓDIGO CARTOGRÁFICO	DESCRIÇÃO	Nro. DE HABITANTES	HOMENS	MULHERES	NRO. DE MORADIAS
00	BOLIVIA	8.274.325	4.123.850	4.150.475	2.290.414
01	Chuquisaca	531.522	260.604	270.918	141.735
02	La Paz	2.349.885	1.164,818	1.185.067	723.598

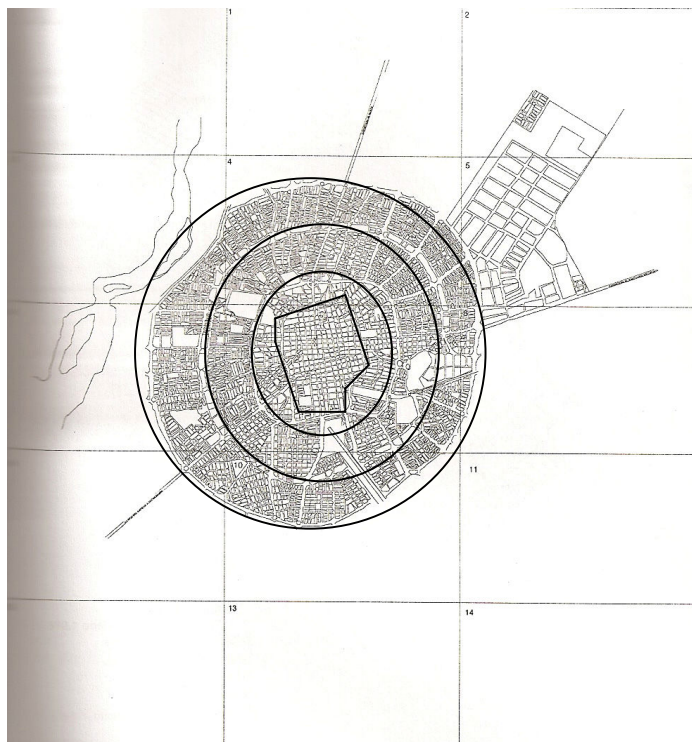
país que não esse, em Santa Cruz de la Sierra, capital política e econômica das terras baixas orientais, todos os livreiros advertem sobre o caráter centralizado no oeste do tomo de Gisbert. Em que o pese o fato de não se poder ter comprovado a veracidade das afirmativas dos livreiros do leste, isso é mais uma prova da divisão geopolítica que existe no país.

O início da inversão de posição do departamento de Santa Cruz começou a ocorrer, segundo Salmón (2003), a partir da década de 1980, por causa de uma conjunção de fatores, dentre os quais a dotação de infra-estruturas para o leste, o colapso dos modelos econômicos convencionais bolivianos e o fim do poder de governantes autoritários e nacionalistas, promovendo então o crescimento econômico dos departamentos. Esse crescimento econômico veio acompanhado de um incremento populacional que tem sérios impactos sobre a geografia do leste do país. A instituição de uma moderna classe média em Santa Cruz, financiada principalmente pelo aporte de recursos advindos da agricultura de soja e da extração de petróleo e gás natural, altera o norte econômico do país e faz com que haja um aumento da mobilidade populacional interna em direção ao leste. Na medida em que isso possa causar maior integração do território, também acirra as rivalidades intra-regionais e causa alguns problemas para a organização do espaço do departamento, mas, principalmente, para Santa Cruz de la Sierra, principal cidade do departamento, sede do governo municipal, cidade planejada que vê seu modelo de anéis concêntricos ruir ante o adensamento populacional.

“La ciudad de los anillos, como fué llamada, presentaba una fuerte y compacta imagen urbana circular, con una definición nítida hasta el cuarto anillo. Ese modelo ideal de ciudad dura hasta fines de los 70, cuando la planificación meramente física no puede dar respuestas a la creciente complejidad socioeconómica de la ciudad” (SALMÓN, 2003).

Na figura 3 vê-se os quatro anéis bases que conformam Santa Cruz de la Sierra. Entretanto, por fora dos mapas aparecem até outros três anéis, que sequer se fecham, mas que concentram moradias de baixa renda sem as menores condições de infra-estrutura.

Figura 3 – Os quatro anéis oficiais e planejados de Santa Cruz de la Sierra - 2000



(Fonte: SALMÓN, 2003)

Prenunciam a questão da importância do lugar as palavras de Michael Porter, citadas por Salmón (2003), “La globalización que debía quitar importancia a las regiones, más bien está haciendo lo contrario”. Em tradução livre, “a globalização¹, que devia acabar com a importância das regiões, está fazendo justamente o contrário”.

Nas palavras de Santos (2002), “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma racionalidade”. Entretanto, segundo coloca o autor, dialeticamente, cada lugar está sujeito a uma ordem global e a uma ordem local.

Portanto, não se pode pensar nos problemas de um país apenas atentando para as escalas regional, nacional ou global. A escala local informa por ser “associada a uma população contígua de objetos, reunidos pelo território e como

território, regidos pela interação”. Pelo contrário, a ordem global “serve-se de uma população esparsa de objetos” (SANTOS, 2002, p. 338).

Santos (2002) aponta condições para a integração regional justamente a partir do lugar, ao dizer que não podemos impor uma região, ela precisa se formar na solidariedade orgânica, encontrando uma razão local para traçar os termos de um pacto de desenvolvimento. Este é o acontecer² solidário que define os dois subespaços: lugar e região.

Outra ideia importante diz respeito à importância do contexto histórico na análise geográfica. Para superar o mero estudo das “geografias passadas”, ou a recapitulação da história para fins de explicação do contexto presente, soa interessante o conceito de domínios, que, nas palavras de Santos (2002), citando Hägerstrand, significa dizer que “em cada momento há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo o desenho da Terra, cujo desenho é fornecido pelo curso da história” (SANTOS, 2002, p. 168).

A gênese da divisão regional (razões de ordem local)

O departamento de Santa Cruz, que desde tempos remotos esteve geograficamente isolado do resto do território boliviano, abrigou civilizações pré-incaicas. As ruínas arqueológicas encontradas indicam a presença mais antiga dos “chanés”, que foram conquistados pelos “chiriguanos”. Esse povo teve uma importante participação nos primórdios da divisão regional, antes mesmo de se caracterizar o país (GISBERT, 2003).

No século XVIII, os chiriguanos resistiram aos esforços de cristianização empreendidos pelos colonizadores. Segundo o historiador ex-presidente boliviano Carlos Mesa, eles (...) resistieron a su cristianización pese a los grandes esfuerzos hechos por los franciscanos, quienes dan una valiosa información sobre su cultura” (GISBERT, 2003, p. 53).

No século seguinte, o XIX, os chiriguanos lutaram contra o governo central republicano, que não respeitava suas leis e seus costumes. Ainda no século XIX,

considerando-se abandonados pelo poder central, os habitantes de Santa Cruz começaram a se insurgir.

“Largely abandoned and isolated until the mid-nineteenth century, Santa Cruz emerged as the locus of regional demands beginning in the late nineteenth century and, in 1876, had declared itself a federalist state” (KOHL; FARTHING, 2006, p. 49).

Os acontecimentos políticos na Bolívia a partir de 1952 são fundamentais para o entendimento da separação regional do país. Nesse ano, houve um recrudescimento do fenômeno, com bases novas que ajudam a explicar o desenvolvimento econômico de Santa Cruz.

Para Kohl; Farthing (2006), as tensões entre as regiões bolivianas e o poder central assumiu novos contornos depois de 1952.

“MNR reluctance to deepen reforms is most clearly seen in the lowland departments of Beni and Santa Cruz, where the peasants never took up arms to force reforms and land ownership remains highly concentrated” (KOHL; FARTHING, 2006, p. 46).

Andrade (2007) demonstra que o projeto de reforma agrária não foi completamente exitoso. Os latifundiários de Santa Cruz recorreram à luta armada para impedir que a reforma agrária se realizasse no departamento. E valeram-se do isolamento geográfico para impedir a tomada do MNR³.

“Nas regiões de grande parcelamento de propriedade houve enorme queda de produção, porém, no Oriente, em Santa Cruz, no médio prazo estabeleceram-se grandes empresas agrícolas rentáveis” (ANDRADE, 2007, p. 119).

Graças a isso, Santa Cruz desenvolveu uma ampla produção agropecuária a partir da segunda metade do século XX. Junto a essa atividade, a atividade petrolífera ajuda a explicar o boom da economia cruzenha.

As tentativas do governo de reprimir o isolamento geográfico de Santa Cruz, dotando a região de infra-estrutura, só possibilitaram o aumento do poderio econômico.

Segundo Salmón (2003), o contexto que explica a ascensão econômica de Santa Cruz a partir da segunda metade do século XX, está resumido nos seguintes fatores: o projeto de “Marcha ao Oriente”, o programa de ajustes estruturais, o desenvolvimento da vocação exportadora da região, a inserção da Bolívia nos pactos internacionais, a capitalização das empresas públicas, a capitalização privada, a lei de participação popular, a lei de descentralização administrativa e a saída no Pacífico para o Brasil. Esse conjunto de fatores leva a um desenvolvimento desigual da região.

O desenvolvimento regional

Dessa forma, vê-se um recrudescimento da questão regional. Para Soja (1993):

“Nos últimos vinte anos, algumas mudanças significativas têm ocorrido nos padrões de desenvolvimento regional desigual (...)”.
“(...) o mosaico padronizado da diferenciação regional subnacional vai se tornando mais caledoscópico...” (SOJA, 1993, p. 197).

Dessa forma, quatro contextos interpretativos seriam possíveis para situar os debates contemporâneos sobre a questão regional:

1- A reterorização transformadora do espaço, do tempo e do ser social: nesse enfoque, a formação das regiões, a padronização do desenvolvimento regional desigual e do regionalismo, e a formulação da teoria regional são vistas a partir do processo de espacialização, a produção social do espaço. As regiões são percebidas de acordo com sua construção sócio-histórica.

2- A reterorização mais específica das causas e conseqüências: nesse contexto, percebe-se a natureza do desenvolvimento geograficamente desigual como parte essencial da espacialidade capitalista. Ou seja, o desenvolvimento

regional desigual seria um reflexo eterno das forças sociais, das lutas de classe, numa perspectiva materialista histórica.

3- A periodicidade da regionalização na geografia histórica do capitalismo: sob esse prisma, traz-se de volta a “periodização mandeliana” de “ondas longas” no desenvolvimento capitalista. Por essa lógica, enquanto os regionalismos no século XIX intentavam preservar culturas regionais distintas ante à homogeneização crescente, no século XX o subdesenvolvimento regional leva a uma reestruturação das regiões. As regiões centrais tendem a crescer mais depressa, e antigas periferias agrárias já urbanizadas empreendem movimentos regionais agressivos.

4- As particularidades do processo contemporâneo de reestruturação: essa hipótese leva em conta tanto a terceira ideia, de reestruturação, quanto a hipótese das “continuidades intensificadas” - o reforço de antigos padrões de divisão centro-periferia. Nessa lógica, várias regiões bem estabelecidas experimentaram um relativo poder econômico e político, sustentando e até ampliando, enquanto muitas periferias atrasadas mergulharam mais fundo no empobrecimento.

Em que pese o fato de nem todos os quatro contextos serem excludentes, o terceiro contexto é o que melhor se relaciona com os acontecimentos no departamento de Santa Cruz. Os cruzenhos participam ativamente de um movimento regional agressivo com o intento de liberar os “processos ordeiros de acumulação” (SOJA, 1993).

Nesse sentido, os processos de acumulação se dão, pois, pela busca de superlucros no âmbito do desenvolvimento regional geograficamente desigual.

Podemos encontrar ainda em Soja (1993) convergência da teoria com o percurso histórico da diferenciação regional na Bolívia no seguinte trecho:

“O planejamento regional nunca recebeu verbas públicas particularmente grandes, mas o período de 1950 a 1970 foi uma espécie de fase áurea na história da teoria e da prática do desenvolvimento regional. Os ‘pólos de crescimento’ e os ‘centros de crescimento’, a ciência regional e a análise de sistemas espaciais, a formulação de modelos de sistemas urbanos, e ainda outros reforços voltados para a reconstrução de uma hierarquia mais eqüitativa de regiões nodais alcançaram o auge de popularidade”. (SOJA, 1993, p. 204).

Para Smith (1988), a partir de 1960 o desenvolvimento desigual está mais nítido em todas as escalas. Ou seja, temos uma convergência entre a emergência da teoria crítica e a eclosão de uma série de conflitos e movimentos sociais que evidenciam essa tendência. Contudo, o autor ressalva que não podemos considerar que o sistema capitalista está em função dessa tendência, mas que o desenvolvimento desigual se adaptou ao capitalismo contemporâneo.

Ainda acorde a essa ideia, Salmón (2003) diz que o contexto em que surge a área metropolitana de Santa Cruz está marcado pelos seguintes fatores: o projeto de “Marcha ao Oriente”, o programa de ajustes estruturais, o desenvolvimento da vocação exportadora da região, a inserção da Bolívia nos pactos internacionais, a capitalização das empresas públicas, a capitalização privada, a lei de participação popular, a lei de descentralização administrativa⁴ e a saída no Pacífico para o Brasil.

A questão regional é encarada, segundo esse autor, sob o rótulo das “regiões-problema”. As regiões-problema nascem do crescimento econômico desigual entre as zonas geográficas de um mesmo país (BRITTO, 1986). Para o mesmo, nessas regiões já há um desequilíbrio histórico que se agrava:

“sob a lei da complementaridade da produção e sob os efeitos multiplicadores dos investimentos que continuam, ao longo dos anos, a orientar novos capitais para as regiões mais desenvolvidas. Enquanto a expansão econômica se polariza e se acelera nas zonas ricas, as distâncias que separam estas das regiões pouco vitalizadas tendem também a aumentar” (BRITTO, 1986, p. 67).

Percebe-se claramente isso na Bolívia. Os investimentos que se originaram na década de 60 e ganharam força nos anos 80 fortaleceram os arranjos produtivos do departamento de Santa Cruz, orientou a expansão econômica para o oriente do país, aumentando o contraste econômico. Para alguns autores, aceitar as regiões-problema seria se curvar a uma espécie de “fatalismo matemático”, visto que, principalmente sob a égide do neoliberalismo, é comum crer que o jogo dos mecanismos econômicos naturalmente se encarregaria de diminuir essas distorções. Mas, ao contrário, as diferenças regionais têm se acentuado de tal forma que se torna freqüente nos noticiários encontrar referências à Bolívia como o “país dos contrastes”, ou até mesmo a alusão à gestação de um outro país dentro do país.

Segundo Britto, a consciência dessa desigualdade de renda e expectativas aumenta as tensões regionais, que pouco a pouco vão comprometendo a solidez do modelo nacional. Ele cita casos da Nigéria, de Bangladesh, mas, no fim, reconhece a existência do caso boliviano já naquela época em que seu texto foi escrito (década de 80). Para ele, em geral, chega-se a mudanças estruturais.

Exatamente isso ocorre na Bolívia. O departamento de Santa Cruz não quer ter que dividir suas riquezas com o resto do país. Até porque se sente historicamente prejudicado, quando era a região mais pobre da nação. Os movimentos autonômicos vão traduzir a aspiração por parte dos cruzenhos em não dividir a sua fatia do bolo. Nas palavras de Benko (1996), o capitalismo, em movimento, acentua a “polarização da sociedade”.

Programas de ajustes estruturais e a “marcha para leste” (razões de ordem global)

Desde o retorno à democracia, em 1982, a Bolívia passou por um profundo processo de reforma institucional intensificado na última década. As reformas não se restringiram ao campo político, aplicando-se desde 1985 todo o receituário do programa de ajustes estruturais (PAE) do FMI em suas três

dimensões: macroeconômica, social e de reformas institucionais. Esse pacote de medidas aplicadas ficou conhecido como a Nova Política Econômica (NPE) da Bolívia, e teve início quando:

“em setembro de 1985, o governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) de Victor Paz Estenssoro iniciou um pacote ortodoxo de estabilização econômica (Decreto Supremo 21.060) destinado a “combater a inflação” e “eliminar os desequilíbrios interno e externo”. O pacote econômico continha todos os ingredientes essenciais do PAE do FMI. A moeda foi desvalorizada, unificou-se a taxa de câmbio e realizou-se o leilão de divisas estrangeiras (bolsín)” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 205).

A experiência boliviana é vista pelas instituições de Bretton Woods, nas palavras de Chossudovsky (1999), como um “modelo bem-sucedido de ajuste estrutural”, a ser copiado pelos países que queiram estabilizar a economia e gerar um processo sustentável de crescimento econômico. A partir daí, o Estado boliviano investiu recursos humanos e econômicos na modernização de sua máquina burocrática em setores fundamentais, e suas instituições foram reformadas, aperfeiçoadas, reorientadas, bem como novas instituições foram criadas a fim de tornar mais eficiente o desempenho do aparato do Estado. Leis como a de Descentralização e Participação Popular não somente mudaram a configuração política do país, como também foram instrumentos úteis para a expansão do espaço público e para a integração ao processo político de atores tradicionalmente relegados. Percebe-se que:

“por meio de suas múltiplas reformas institucionais, o Estado melhorou consideravelmente o reconhecimento e a defesa dos direitos humanos e civis; reconheceu novos atores políticos e os integrou ao sistema político; descentralizou bastante a administração pública e trabalhou muito para aperfeiçoar os processos políticos participatórios em todo o território nacional (SELIGSON, 2003, apud SCHWARZ-BLUM, 2006, p.298)”.

Lamentavelmente, nas palavras de Salmón (2003), “o país não conta com um plano de ordenamento territorial que tenha sistematizado esta nova situação em um modelo territorial”. Os malefícios dessa falta de atenção do estado causam

problemas sérios, dentre eles o inchamento populacional que será visto em capítulo posterior.

O início da inversão de posição econômica do departamento de Santa Cruz começou a ocorrer, segundo Salmón (2003), a partir da década de 1980, por causa de uma conjunção de fatores, dentre os quais a dotação de infra-estruturas para o leste (o que se convencionou chamar de “marcha para o leste”), o colapso dos modelos econômicos convencionais bolivianos e o fim do poder de governantes autoritários e nacionalistas, promovendo então o crescimento econômico dos departamentos.

Esse crescimento econômico veio acompanhado de um incremento populacional que tem sérios impactos sobre a geografia do leste do país. A instituição de uma moderna classe média em Santa Cruz, financiada principalmente pelo aporte de recursos advindos da agricultura de soja e da extração de petróleo e gás natural, altera o norte econômico do país e faz com que haja um aumento da mobilidade populacional interna em direção ao leste. Na medida em que isso possa causar maior integração do território, também acirra as rivalidades intra-regionais.

Considerações Finais

Pelas análises realizadas neste trabalho, a conclusão fundamental a que se chega é que a questão da diferenciação regional na Bolívia é inegável, assim como sua forte dimensão geográfica.

A dimensão geográfica reside em vários aspectos. No isolamento geográfico que gera pobreza e ressentimento para o oriente boliviano, até 1950. Na constatação, por parte do governo, da necessidade de se integrar as terras baixas orientais ao resto do país, o que foi feito por intermédio de uma série de medidas governamentais desde a década de 50, com auge na década de 70. No binômio oriente-ocidente que os grupos sociais bolivianos, ao se apropriarem de determinadas parcelas do território, criaram.

Conclui-se, portanto, que a diferenciação regional foi histórico e socialmente construída consoante a ideia mandeliana de “ondas longas” do desenvolvimento capitalista. Alguns falam em um país com duas nações, mas essa perspectiva parece atender a um imaginário social construído pelos separatistas, que muito provavelmente não atendem a um propósito realmente idealista. Questões de extremo relevo podem estar a serviço, na verdade, de interesses econômicos. Nas palavras de um habitante da região, os cruzenhos tiveram muitas décadas para realizar sua autonomia, até mesmo sua separação. Causa espécie imaginar que por detrás da proposta de autonomia, pode estar a rejeição da partilha do poder econômico.

Notas:

1. Para Ortiz (1994) existe uma distinção entre globalização e mundialização. O primeiro termo refere-se aos processos de natureza econômica e tecnológica, enquanto o segundo se aplica à esfera dos processos culturais.
2. Segundo Santos (2002) o acontecer pode ser homólogo, solidário e complementar.
3. MNR (Movimiento Nacionalista Revolucionario, partido que assumiu o poder em 1952).
4. De acordo com Salmón (2003), com a lei de descentralização administrativa há uma desconcentração do “poder executivo a nível regional”, criando “governos municipais autônomos com seus próprios territórios e recursos”, que “são uma oportunidade para que as regiões mais avançadas gerem capacidades produtivas e inovação”.

Bibliografia

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **A revolução boliviana**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRITTO, Luiz Navarro de. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

- CORAGGIO, José Luis. "La propuesta descentralizadora: límites y posibilidades", in: Descentralización y participación ciudadana. Montevidéo, Ediciones Trilce, 1994.
- DIAZ, Juan Carlos Urenda. **A contrapelo**. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2003.
- EGLER, Claudio A. G. Mercosul: um território em construção. Ciência e Cultura, 58, São Paulo, Janeiro/ Março, 2006.
- GALLUP, John Luke, GAVIRIA, Alejandro & LORA, Eduardo. **Geografia é destino?** São Paulo: UNESP, 2007.
- GISBERT, Carlos D. Mesa, GISBERT, José de Mesa & GISBERT, Teresa. **Historia de Bolívia**. La Paz: Editorial Gisbert, 2003.
- GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia humana – sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- HYLTON, Forrest & THOMSON, Sinclair. **Revolutionary Horizons – past and present in bolivian politics**. New York: Verso, 2007.
- KOHL, Benjamin; FARTHING, Linda. **Impasse in Bolivia: Neoliberal Hegemony and Popular Resistance**. Londres: Zed Books, 2006.
- JESUS, Gilmar Mascarenhas. "A Globalização e o Lugar: o caso de Girón, Equador". V SOLAR (Congresso da Sociedade Latinoamericana de Estudos sobre America Latina e Caribe), USP, São Paulo, abril de 1996.
- ORTIZ Renato. Mundialização e Cultura, de São Paulo: Brasiliense, 1994.
- READ, James. **Rough guide Bolívia**. São Paulo: Publifolha, 2006.
- SALMÓN, Fernando Prado, ANTELO, Susana Seleme & GANDARILLA, Evans. **Los desafíos de la globalización y la competitividad en la área metropolitana de Santa Cruz**. Santa Cruz de la Sierra: Editorial El País, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.
- SCHWARZ-BLUM, Vivian. **Por que confiamos nas instituições? O caso boliviano**. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 12, nº 12, Novembro, 2006, p. 297-328.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

Artigo encaminhado para publicação em agosto de 2009.

Artigo aceito para publicação em dezembro de 2009.